

ENTRE ECOS E SILÊNCIOS: DESVELANDO AS CICATRIZES OCULTAS DA DITADURA BRASILEIRA PELA ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO

BETWEEN ECHOES AND SILENCES: UNVEILING THE HIDDEN SCARS OF THE BRAZILIAN DICTATORSHIP THROUGH THE LENS OF DISCOURSE ANALYSIS

Fabrcio Leo Alves Schmidt¹

Carlos Renê Ayres²

RESUMO: A Ditadura Militar brasileira, instaurada em 1964 após um golpe por grupos conservadores – teve duração até 1985. Esse período foi marcado por censura, sequestros, execuções e a destituição do presidente João Goulart. A análise desse contexto é enriquecida pela metodologia da Análise de Discurso francesa, alinhada às contribuições teóricas de Michel Pêcheux, Foucault, Althusser e Eni Orlandi. Para compreender os efeitos discursivos da ditadura, o presente trabalho irá fazer um pêndulo metodológico, isso é: a busca pelo contexto de 1964 – o qual revelaremos uma memória da ditadura e uma postura ideológica centrada no combate ao comunismo, limitando direitos constitucionais e justificando a repressão como um mecanismo de controle –; bem como a face ardilosa de um regime o qual investigava, moldava a imagem dos mais diversos atores envolvidos, contrários aos ditames desse movimento (em especial, os professores). Nessa mesma linha de raciocínio, acadêmicos como Schwarcz, Starling e Reis Filho ressaltam a natureza repressiva da ditadura. Aarão Reis defende um olhar crítico sobre esse período como meio de fortalecer a democracia.

PALAVRAS CHAVES: Análise de Discurso, Ditadura Militar, Repressão, Memória Histórica, Conspiração Conservadora.

SUMMARY: The Brazilian Military Dictatorship, established in 1964 following a coup by conservative groups, lasted until 1985. This period was marked by censorship, kidnappings, executions, and the removal of President João Goulart. The analysis of this context is enriched by the methodology of French Discourse Analysis, aligned with the theoretical contributions of Michel Pêcheux, Foucault, Althusser, and Eni Orlandi. To understand the discursive effects of the dictatorship, the present study will employ a methodological pendulum approach: we will explore the context of 1964 – where we will reveal a memory of the dictatorship and an

¹ Mestre em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS). Especialista em Língua, Literatura e Novas Mídias pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Dom Alberto, Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Dom Alberto, Especialista em Produção Textual pela Faculdade Dom Alberto, Licenciado em Letras/Literatura pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Licenciado em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). Integrante do projeto de Pesquisa Palavras, imagens e discursos: a significação da sociedade de nosso tempo.

² Doutor em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2007). Professor adjunto da Universidade de Santa Cruz do Sul. Atua no curso de Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado e Doutorado da Unisc. Coordena o Projeto de Pesquisa Palavras, imagens e discursos: a significação da sociedade de nosso tempo.

ideological stance focused on combating communism, limiting constitutional rights, and justifying repression as a control mechanism – as well as the cunning face of a regime that investigated and shaped the image of various actors involved who were opposed to the dictates of this movement (especially, teachers). Along the same lines of reasoning, scholars such as Schwarcz, Starling, and Reis Filho emphasize the repressive nature of the dictatorship. Araújo Reis advocates a critical perspective on this period as a means of strengthening democracy.

KEYWORDS: Discourse Analysis, Military Dictatorship, Repression, Historical Memory, Conservative Conspiracy.

1 INTRODUÇÃO

Em 1964, o Brasil experimentou um dos momentos mais turbulentos e significativos de sua história política com a eclosão do Golpe Militar. Esse evento, fruto de uma conspiração orquestrada por setores conservadores da sociedade, culminou em duas décadas de Ditadura Militar, um período sombrio marcado por censura, sequestros, execuções e inúmeras violações aos direitos humanos. O golpe, o qual desalojou o então presidente João Goulart, não foi um evento isolado, mas a culminação de tensões políticas e sociais as quais vinham se acumulando desde a posse de Goulart em 1961. Apesar do foco central na questão militar e política, esse período também trouxe à tona complexidades ideológicas, sociais e internacionais. O panorama era tenso: de um lado, uma sociedade dividida entre aqueles os quais apoiavam e os que se opunham ao regime; de outro, a influência do cenário geopolítico da Guerra Fria, com os Estados Unidos vendo com preocupação qualquer movimentação política que se inclinasse para a esquerda no hemisfério ocidental. Dentro desse contexto, esse trabalho busca mergulhar nas profundezas dos discursos e práticas da Ditadura Militar, com um foco particular na perseguição e repressão a acadêmicos e professores na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Através deste gesto de lucidez, procuramos entender não apenas as ações brutais do regime, mas também as resistências, nuances e ambiguidades as quais permearam essa era conturbada da história brasileira.

2 1964: CONSPIRAÇÕES, CONTEXTO E REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

O Golpe Militar de 1964 foi resultado de uma conspiração realizada por grupos conservadores da sociedade brasileira e deu início ao período da Ditadura Militar no Brasil. O Golpe Civil-Militar de 1964 é o nome que se dá à articulação golpista que, entre 31 de março e

9 de abril de 1964, realizou a tomada de poder, subvertendo a ordem existente no país e dando início à Ditadura Militar, regime ditatorial o qual se estendeu no Brasil de 1964 até 1985 e foi caracterizado por censura, sequestros e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe realizado em 1964, o presidente então empossado, João Goulart, foi destituído de seu cargo.

O golpe de 1964 ocorreu após uma articulação política golpista realizada por civis e militares na passagem de 1961 para 1962. É importante esclarecer que, apesar dessa conspiração ter efetivamente surgido em 1961, a Quarta República Brasileira foi marcada por diferentes tentativas de subversão da ordem realizadas pela UDN. O caminho que levou ao golpe de 1964 começou a ser trilhado com a posse de João Goulart (Jango) em 1961. Criaram-se diversos obstáculos à posse de Jango como presidente, que só assumiu porque foi implantado às pressas um sistema parlamentarista que reduzia os poderes do Executivo.

Por causa da estreita relação de Jango com o sindicalismo brasileiro, os grupos conservadores da sociedade viram o político gaúcho com extrema desconfiança e frequentemente o acusavam de ser comunista pelos conservadores. A crise política do governo de Jango fortaleceu-se também por causa de reformas que foram defendidas pelo governo – as Reformas de Base. A posse de Jango não era um incômodo apenas para os grupos conservadores do Brasil, mas incomodava também o governo dos Estados Unidos, o qual consideravam João Goulart um político “muito à esquerda” do que se esperava de um presidente brasileiro. É nesse contexto dominada por determinada formação ideológica que se produzem as condições de produção dos discursos objeto de nosso estudo. Para alguns pesquisadores, como Schwarcz e Starling (2015), bem como Reis Filho (2014) que desenvolveram estudos sobre esse período sombrio de nossa história, é importante destacar a forma repressora e abusiva que deu sustentação ao regime de exceção. Um expediente que pode representar o modo como o Estado nas mãos dos militares se tornou um grande aparato repressor é o caso da tortura amplamente empregada pela polícia política.

Aarão Reis aponta que “versões memoriais apaziguadoras” (REIS FILHO, 2014, p. 8) foram elaboradas nos anos 1980 em nome da conciliação nacional, deixando de lado o debate acerca das bases sociais que sustentaram o regime. Diante do processo que levaria ao fim da ditadura, a sociedade brasileira apegou-se a valores democráticos, negando ter colaborado, apoiado ou até mesmo sido indiferente frente os acontecimentos do período ditatorial. Conforme o autor, “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção

histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas” (REIS FILHO, 2014, p. 128). A ideia de que o golpe foi inevitável, como ainda hoje se menciona, inclusive na grande mídia nacional, é questionada pelo autor, o qual articula o contexto nacional daquele período com processos mais amplos, em escala global, que teriam provocado a atitude golpista. Assim, o autor afirma que:

o nacionalismo e o reformismo radicais assustavam, em virtude do exemplo da Revolução Cubana, cujo caráter nacional-democrático cedo se transmudara, desde 1961, numa proclamada revolução socialista. Outros movimentos de libertação nacional em curso aproximavam nacionalismo e socialismo, como na China, no mundo árabe (Argélia, Síria e Iraque), no Vietnã, e mesmo entre os pequenos grupos revolucionários que despontavam então nas ex-colônias portuguesas. (REIS FILHO, 2014, p. 47)

Daniel Aarão Reis, por fim, alerta-nos para uma questão fundamental para o tempo presente: “não há como se libertar da ditadura sem pensar nela” (REIS FILHO, 2014, p. 171), fazendo, desta obra, um esforço democrático de um pensador que acredita que a melhor defesa da democracia é o pensamento crítico, “à maneira de um antídoto às tentações autoritárias” (REIS FILHO, 2014, p. 171). Segundo diversos trabalhos, essa prática, constitui-se o núcleo do sistema repressivo no Brasil. Subversivos, insubordinados, marxista, comunistas foram os nomes dados aos militantes contrários à causa nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo. Sob essa égide, tornava-se possível perseguir, prender e torturas os sujeitos marcados pelo sistema repressor. Esses “comunistas” como eram identificados nos procedimentos policiais, encontravam-se monitorados e, conseqüentemente, convocados a prestar esclarecimentos a respeito dos discursos os quais produziam contrários ao regime imposto. Muitos desses “comunistas” foram investigados sem mesmo terem conhecimento do referido procedimento policial, pois, os mecanismos de repressão/opressão eram criados com o intuito de investigar qualquer ato nocivo ao novo regime. Nessa mesma corrente de raciocínio, iremos discorrer a partir do subcapítulo seguinte dos meios e (entre)meios do aparelho repressor – em especial – da comissão formada na UFRGS com o intuito de expurgar os professores considerados contrários aos ditames do regime ora imposto.

3 A OSCILAÇÃO ENTRE REPRESSÃO E RESILIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA UFRGS SOB O MANTO DO REGIME MILITAR

Em abril de 64, havia a intenção ou, ao menos, o discurso de que o governo militar seria transitório e de que a democracia seria prontamente restabelecida. Isso pode explicar por que

os processos de exclusão de professores tenham tentado manter uma aparência de normalidade jurídica e respeito à autonomia da instituição. Por ordem do Ministério da Educação (MEC), as universidades deveriam constituir comissões internas para julgar os docentes acusados de subversão. O que não significa que as instituições não tenham encontrado formas de resistir ao assédio, pelo contrário. Na UFRGS, o parecer foi de que não havia necessidade de investigar os professores, decisão que não agradou o MEC.

Como a normalidade era apenas na aparência, o ministério então determinou a criação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (Ceis) na Universidade, grupos que passaram a ser responsáveis pelos inquéritos. Essa determinação criou uma cisão dentro do corpo docente. De um lado, havia o grupo de professores que acreditava não haver como impedir a instauração das Comissões, mas que seria possível minimizar os danos, já que a Universidade indicaria educadores para participar dos processos. De outro, havia aqueles que se recusaram a tomar parte nas ações por considerarem que isso legitimava a perseguição.

No caso dos professores, os expurgos da UFRGS aconteceram em duas ocasiões. A primeira foi logo após o golpe de 1964, quando 17 docentes foram afastados de suas atividades acadêmicas sob aparente normalidade. A segunda foi em 1969, em um período de acirramento da repressão, atingindo outros 20 educadores. Depois da publicação do Ato Institucional número 5, o AI-5, a repressão aos opositores do regime aumentou, assim como a arbitrariedade na perseguição política. Foi assim que 20 professores da UFRGS ficaram sabendo dos decretos os quais os demitiam através de transmissão de rádio da Hora do Brasil, um canal muito popular de informação à época. Diferentemente do que aconteceu em 1964, sequer houve preocupação em fazer parecer com que a decisão decorria de um processo legal, com direito à defesa e ao contraditório. Claro que, mesmo dentro de um período de silenciamento, não deixaria de haver resistência, mas o medo imperava, conforme registrada de forma muito consistente em Universidade e Repressão:

embora no seu conteúdo e nas suas motivações reais a investigação realizada na Universidade tivesse caráter de pura e simples repressão político-ideológica, na sua forma ela pretendeu se revestir de um caráter jurídico que a legitimasse. O modo que encontrou para fazê-lo foi o de imitar as formas externas de um ritual processualístico, apresentando-se a CEIS com foros de tribunal, perante o qual os professores (bem como estudantes e funcionários) eram intimados a depor, recebiam acusações e tinham prazos para apresentar suas defesas. (ADUFRGS. 1979. p. 28).

Importante sublinhar que a breve existência e a aparente simplicidade organizacional da CEIS/UFRGS tendem a esconder a complexidade de seu funcionamento. Formalmente sua estrutura era relativamente simples. Porém, sua composição foi marcada por significativa heterogeneidade frente às concepções sobre seu papel e sobre suas formas de atuação e organização. Entendemos que tal heterogeneidade tenha sido fundamentalmente determinada pela forma peculiar com que a comissão de investigação sumária da UFRGS foi constituída (a partir de indicações das congregações). Nessa dinâmica, alguns membros da comissão destacaram-se por uma postura mais alinhada com os ideais da Ideologia de Segurança Nacional, demonstrando entenderem ser sumamente importante que fossem atingidos os reais objetivos, anteriormente mencionados, da “Operação Limpeza”. Como mencionado anteriormente, um forte conservadorismo foi especialmente marcante na atuação desses membros da CEIS/UFRGS, embora tenha sido identificado também em relação a outros.

O conservadorismo funcionava, assim, como um elemento comum de justificativa (e de autojustificativa), no sentido de que a função primeira da CEIS/UFRGS – a perseguição a comunistas, trabalhistas, socialistas e outros que pudessem ser identificados com o governo autoritariamente deposto – era necessária ou, no mínimo, aceitável. Nesse sentido, o anticomunismo serviu como um grande ‘guarda-chuva ideológico’, tanto para abrigar a ampla gama de grupos perseguidos sob a acusação comum e intercambiável de comunismo ou subversão, quanto para a definição de quais professores, servidores técnico-administrativos e estudantes poderiam ser considerados confiáveis.

Os expurgos de professores da UFRGS ocorridos em 1964 resultaram da instalação, por determinação do MEC, de uma comissão de investigação sumária no interior da própria universidade. A Reitoria, recebendo do bloco dominante, como em outras universidades brasileiras, relativa liberdade para determinar a composição do grupo, constituiu-a com representantes de todas as congregações, sendo que cada uma deveria indicar o seu. Isso conferia um certo grau de legitimidade à comissão, especialmente no interior da comunidade universitária, mas também fora dela. Tal comissão, ideologicamente heterogênea, caracterizou-se por um acentuado grau de preocupação com a aceitabilidade de sua ação pela sociedade e, particularmente, pela comunidade universitária, sendo indicativo disso, principalmente, o marcante formalismo que pautou o desenvolvimento de suas atividades.

A CEIS/UFRGS contou com dados fornecidos pelo então nascente sistema de informações do regime ditatorial. Foi através da “assessoria militar” que se estabeleceu o

vínculo da comissão com o Aparato Repressivo, de modo especial com o 3º Exército e com o DOPS/RS. A atuação do MEC naquele período restringiu-se à coordenação das ações repressivas e de controle político-ideológico, por intermédio da Reitoria da universidade. O resultado da atuação da CEIS/UFRGS acompanhou o padrão nacional de repressão promovido pela “Operação Limpeza”, ao atingir um conjunto de dezoito professores, composto majoritariamente por indivíduos e grupos vinculados às esquerdas comunista e trabalhista, bem como por pessoas que, a despeito de possuírem outros perfis político-ideológicos, eram identificadas com o governo deposto autoritariamente pelo Golpe de 1964.

Entretanto, o processo na UFRGS também apresentou especificidades locais, derivadas em parte da composição peculiar da comissão de investigação sumária daquela universidade. Em relação às causas dos expurgos docentes de 1964 na UFRGS, foi possível observar que estiveram relacionadas com a intenção de reprimir indivíduos e grupos percebidos, por setores da comunidade universitária e/ou por setores da sociedade política, como ameaças reais ou potenciais à hegemonia do bloco dominante, em função de motivos diversos, derivados de pelo menos um dos seguintes fatores: perfis político-ideológicos dos que acabaram sendo expurgados; vínculos político-partidários com partidos e movimentos políticos contra-hegemônicos, por parte dos atingidos; e ações contra-hegemônicas suposta ou efetivamente praticadas, pelos docentes sumariamente afastados, dentro ou fora da instituição. Nesse sentido, percebemos – ainda que brevemente – um sistema pronto para punir e reprimir qualquer ato que fosse contrário ao regime que se instaurava. O silêncio, reinava de forma magistral ao longo das investigações e opressões, fazendo com que qualquer pessoa se ajustasse para não sofrer o manto predador de um sistema opressor.

4 O SILÊNCIO CONSTITUTIVO: REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM, SIGNIFICAÇÃO E DITADURA MILITAR NO BRASIL

A esfera do silêncio o qual propomos problematizar é a do silêncio constitutivo, isso é, um silêncio que significa em si mesmo, uma vez que “Com ou sem palavras esse silêncio rege os processos de significação” (ORLANDI, 2007, p. 61). Isso nos permite compreender como diversas posições do sujeito foram negadas pelo aparelho repressor do Estado (ditadura Militar), ou melhor, tentaremos – ao longo desse percurso – identificar que essa negação não é total, mas, sim, apagada para significar e (re)significar em outro lugar. Esse movimento de ida e vinda

“[...] apenas reforça o modo de funcionamento do silêncio: sentidos que são silenciados resistem e aparecem para significar de outro modo” (GRIGOLETTO, 2002, p. 137).

No entanto, queremos tomar um certo distanciamento no percurso proposto, uma vez que “[...] não trataremos aqui do silêncio em sua percepção mística. Essa concepção é frequentemente a dominante porque o silêncio é um tema cuja história está muito ligado ao sagrado, às religiões” (ORLANDI, 2007, p. 64). Nessa corrente de raciocínio, pensamos a produção dos sentidos estabelecidos pelo silêncio, isto é, queremos estabelecer um “[...] *continuum*” significativa ‘sem fechamentos’ de sentido próprios da linguagem” (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). É, pois, nessa constituição do sentido e do sujeito que queremos nos ocupar a partir desse momento. O silêncio, portanto, não se define apenas com a parte sonora da linguagem, ou seja, trata-se de um elemento que pouco se aproxima das palavras ditas, melhor dizendo, quanto mais usamos as palavras para dizer alguma coisa mais nos aproximamos de dizer algo equivocado.

Nessa mesma linha de raciocínio pensamos que o “[...] silêncio é a dimensão do múltiplo dos ‘outros’ sentidos que a linguagem tenta reduzir ao ‘um’” (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). O silêncio não é vazio ou até mesmo sem sentido, na verdade, trata-se de uma instância significativa, melhor dizendo, trata-se de não dizer para dizer alguma coisa. Por exemplo: quando em determinados momentos somos arrebatados por sentimentos de raiva, pensamos quase que instantaneamente na contrarresposta, isto é, em dizer alguma coisa que certamente iremos nos arrepender. Portanto, pensamos o silêncio como algo que deve “[...] ser compreendido como a ‘possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 134).

Isso significa dizer que estamos a lidar com o silêncio o qual se instala no linear dos sentidos, quer dizer, no linear de um período inquisitorial brasileiro como fora chamado a ditadura Militar a qual perdurou no Brasil durante 20 longos anos. A ditadura atingiu seu auge em 1970, com o milagre econômico, o qual “escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial, entre as classes médias urbanas, beneficiou-se com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir em um mercado abarrotado de novidades” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453).

Isso se deu no mesmo momento em que o regime censurava todo e qualquer meio de comunicação do país e, conseqüentemente, torturava e exilava os insurgentes, contrários aos

ditames do regime ora imposto. Nesse cenário de ditadura Militar é que se produzem diversos silenciamentos, uma vez que “[...] o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do ‘vazio’ da linguagem como um *horizonte* e não como *falta*. (ORLANDI, 2007, p. 68). Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece uma relação com o silêncio, mesmo que essa relação não seja totalmente consciente. Pensamos, portanto, os diversos silenciamentos os quais constituem à nossa história, isto é, “A forma do silêncio fundante é a base sobre a qual se constrói a dimensão da política do silêncio: é porque o silêncio existe como matéria significativa, sem a qual não há sentido, que o dizer povoa com alguns sentidos para que outros não sejam ditos [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 135).

O discurso, como sabemos, trata-se das palavras em movimento, prática de linguagem, isto é, com o estudo do discurso é possível observar o homem falando (ORLANDI, 2020). Pensamos o discurso como um conjunto de enunciados os quais produzem efeitos de sentido entre os diversos sujeitos que se comunicam. O discurso, portanto, rege-se pelos princípios, valores, significações os quais estão alocados em um texto. Dessa forma, podemos dizer que “No discurso há sempre um ‘projeto’, um futuro silencioso do sujeito, pleno de sentido. O discurso se apresenta desse modo como o projeto – o estado significante – pelo qual o sujeito se lança [...]” (ORLANDI, 2007, p. 70).

Dessa forma, tem-se que “a noção de discurso, em sua definição, distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem” (ORLANDI, 2020, p. 19), isto é, não se trata apenas da transferência de informações de forma que a mensagem resultasse pura e simplesmente de um processo serializado. Na AD, pensa-se a relação do sujeito com o sentido na mesma familiaridade que se pensa a relação da língua com a história, ou seja, o sentido não se encontra na palavra em si, nas coisas ditas, mas, sim, imbricadas com as condições de produção, na sua relação com a exterioridade (o que está fora da língua), bem como no contexto em que o discurso foi produzido.

Pensamos, portanto, a relação do sujeito e sentidos afetados pela língua e pela história como um processo complexo de constituição desses sujeitos e não simplesmente como um processo de transmissão de informações, quer dizer, “são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc” (ORLANDI, 2020, p. 19). O silêncio, assim sendo, é “a dimensão do múltiplo, dos ‘outros’ sentidos que a linguagem tenta

reduzir ao ‘um’ (GRIGOLETTO, 2002, p. 134). À vista disso, o espaço de produção dos sentidos se apresenta “como o projeto – o estado significativo – pelo qual o sujeito se lança em ‘seu’ sentido em um movimento contínuo (ORLANDI, 2007, p. 70), isto é, todos os sentidos são possíveis ,dentro dos limites determinados pelo contexto, por quem os produz, uma vez que, esses sentidos são conduzidos e condicionados a determinadas interpretações. Para “cumprir esse ‘projeto’, o sujeito toma apoio no silêncio (ORLANDI, 2007, p. 70). Pensamos a ditadura Militar, por exemplo, não como um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas, sim, de fatos discursivos os quais se produzem nas diversas formações discursivas dadas.

Certas palavras, eram coibidas para que se coibissem certos sentidos, isto é, poderíamos compreender a ditadura Militar como a “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p. 76), ou melhor, ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido. Nessa corrente de raciocínio, a censura estabelecida pelo período da ditadura que perdurou por durante 21 anos faz com que essa relação de força pela qual ela se configura nos revele, dentro do dizível, o que pode ser dito quando o sujeito fala. (ORLANDI, 2007). O discurso, portanto, produz sentido, constrói significado, mobilizando interpretações para que possamos realizar as práticas políticas pelas formas como esses sentidos são produzidos.

A AD busca saber como diversos discursos produzem suas significações, isto é, entender como esses sentidos efetuam a prática política. A relação com o dizível no período inquisitorial brasileiro é, pois, modificada “quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido) (ORLANDI, 2007, p. 77). Nessa mesma interpretação, o sentido é visto como o possível, o não-preenchido. É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender “o sintoma de um sítio significativo que ali se produz” (ORLANDI, 1996, p. 14). Esse sintoma é o índice de uma ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser refeita.

O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas as quais se percebe que “um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (PÊCHEUX, GADET, 2014, p. 51). Com efeito, não há nada na linguagem que não implique silêncio, pois, estar em silêncio é estar com os sentidos. “O real da significação é o silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 29). O silêncio não é como uma gaveta onde

estão todos os sentidos guardados esperando palavras serem ditas. O silêncio é assim um sopro de ar, um suspiro único e insistente da significação, sendo um lugar não mais de avanço, de contrapartida, mas, sim, um lugar de recuo necessário para que se possa significar para que o sentido se faça sentido.

Segundo Eni Orlandi (2007), o silêncio é um espaço fundamental entre as palavras para que o dizer possa fazer sentido. Michele Sciacca (1995) acrescenta que o silêncio corresponde ao fôlego da significação. Além do que, “sem um reverso de silêncio, a comunicação é impensável, ficaria obstruída num fluxo contínuo de palavras as quais conduziriam à impotência da palavra condenada à partida” (LE BRETON, p. 1999, p. 25). Reiterando as palavras de David Le Breton, o silêncio é o que permite à linguagem ser discernível segmentável e inteligível. Sem um espaço o qual se interpusse entre os signos, os sentidos jamais se construiriam.

Nessa mesma trilha de raciocínio, pensamos que, na ditadura Militar, existiram formas de resistências e – em especial – de professores, uma vez que no autoritarismo, não há discursos possíveis, mas, sim, “discurso” formado na amargura palatável da qual fora a ditadura Militar. “Nesse passo, podemos fazer uma relação entre a rarefação do sentido produzido pela relação com o Poder (censura) e a produzida pela relação com o desejo (Narcísia)” (ORLANDI, 2007, p. 79), isto é, a censura é o lugar de apagamento dos seres, de polissemias desmedidas, de percursos desconexos, de não-lugares, uma vez que “o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor” (ORLANDI, 2020, p. 85).

O discurso, como sabemos, é uma das dimensões da história, sendo constitutivo dos embates os quais se dão na sociedade entre os agentes históricos, situados em diferentes lugares econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Uma das possibilidades de estabelecimento das relações entre o discurso e a configuração histórica na qual ele é produzido, considera o sujeito como elemento de mediação entre as diferentes dimensões da realidade histórico-social em que se inclui a dimensão discursiva. Nessa mesma corrente, tem-se que “a censura ao atingir o sujeito, fixa-lhe uma imagem e ao mesmo tempo obrigá-lo a projetar-se para além (na fluidez do silêncio) (ORLANDI, 2007, p. 81), isto é, quais memórias discursivas formam esses discursos, como e por onde circulam esses discursos e quais seus objetivos. Tal perspectiva pressupõe um tratamento heterogêneo do ponto de vista teórico e metodológico, visando traçar a trajetória entre palavra e homem, homem e história, história e palavra.

A censura, não necessariamente, é realizada de cima para baixo, mas também entre os iguais e nem por isso ela deixa de ter sua eficácia. Deixar de comentar a fala dos outros significa, inicialmente, estancar as significações possíveis, caminhos possíveis, percursos possíveis. Toda formação social, no entanto, tem formas de controle das interpretações as quais são historicamente determinadas, isto é, há modos de interpretar (pré)determinados pelos contextos sociais-políticos-históricos-ideológicos. Pensamos aquilo que queremos pensar na medida que nos é fornecido as informações e, portanto, pensamos a partir de pensamentos já construídos, petrificados ao longo da história, ou seja, não é todo mundo que pode interpretar à sua maneira. Quando estamos a falar de ditadura Militar e os silenciamentos que advém desse período inquisitorial, propomo-nos a alcançar um certo silêncio constitutivo, ou seja, o que nos permite compreender como determinadas posições do sujeito são negadas por meio de dominações as quais apagam outros sentidos possíveis.

Nessa mesma linha “Como é próprio do modo de operação do silenciamento, os sentidos que ficam circunscritos à esfera do não-dito irrompem pelos entremeios do discurso, pelos limites do dizer e concorrem com os sentidos do dito [...]” (GRIGOLETTO, 2002, p. 142). Ao olharmos pelo prisma da AD, mobilizamos significados para as interpretações as quais o discurso revela ou esconde. Assim sendo, Hartmann (2005, p. 173) nos diz que: “Quando falamos da resistência do sujeito, bem sabemos que isso pode aparecer nos mínimos detalhes, “um braço que depende do sopro de irregularidade”, como um ato falho ou chiste, por exemplo”. Nosso trabalho busca alcançar como o discurso funciona, de como o discurso está produzindo sentido nos diferentes momentos e contextos históricos. A análise do discurso se preocupará não só com o sentido emitido pelo interlocutor, mas também de que forma esse sentido se efetua na prática política, pois, o discurso revela a ideologia, ou seja, descortina o atravessamento ideológico, a forma como o discurso movimenta os sentidos e efetua a chamada prática ideológica.

Sabemos que o sujeito, na AD, é a pessoa que ao dizer também sofre o assujeitamento discursivo, uma vez que, para que possamos analisar as produções realizadas pelos sujeitos falantes, devemos observar, primeiramente, o contexto em que o discurso foi produzido. O mesmo indivíduo pode produzir diversos discursos, partindo de lugares diferentes. Para a AD não importa o nome dos professores, mas, sim, a designação dada a eles no contexto em que estavam, ou seja, há uma distinção do indivíduo físico com o autor/sujeito aquele que é responsável por aquilo que é dito.

Nesse sentido, temos clareza de que a partir dos dispositivos da AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação” (MAZIÈRE, 2007, p. 13). Nessa direção, compreende-se que esse gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo/espaço, mas, sim, serve como elemento propulsor de diversos coletivos organizados intelectual/socialmente dos quais fomentam a participação política, crítica e social, ao passo que, potencializam a conscientização dos seus direitos e a reflexão sobre experiências similares. Quanto a constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, o deslocamento do sentido impõem como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação, que é uma construção simbólica, dá-se como efeito das tensões na rede de dizeres da campanha, no interior das formações discursivas de que é constituída.

Para compreender a censura e o silenciamento da opressão, precisamos estudá-los não por um viés de um único olhar/uma única corrente, mas, sim, compreendê-los à nível da linguagem a qual se inscreve em uma política de palavras (ORLANDI, 2007). A censura, portanto, não é a mesma coisa em todos os tempos, em todas as sociedades, em todos os lugares. Ela sofre – a depender do caráter do regime –, transformações, ou melhor dizendo, serve de propulsor da cultura política e não como vilã de uma história a qual sempre tem o mesmo enredo, em outras palavras, a repressão versus liberdade. A censura – em um primeiro momento – pode ser considerada o ato/efeito de controlar qualquer tipo de informação, isto é, cristaliza-se sobre alguns preceitos, tais como: privilégio, vigilância, planejamento, educação etc. Trata-se de um mecanismo para coibir qualquer meio de circulação das informações para que a população de uma forma geral possa estar “informada” com aquilo que é proporcionado pelo governo.

Dessa maneira, pensamos a atuação da censura não apenas pelo olhar de uma macroestrutura, mas, sim, pelo viés de um processo de interpretação, comprometimento, cumplicidade e negociação. A censura – no período inquisitorial brasileiro – foi um dos mecanismos usados pelo governo militar como forma de monitorar, reprimir qualquer tipo de ameaça a esse regime. À vista disso, pensamo-la como um processo, promovido por regimes autoritários, ou, muita das vezes, totalitaristas, isto é, trata-se, portanto, da criação de uma verdade única, a verdade do poder! De natureza igual, os regimes totalitários encontram-se na condição de impor à sociedade um silêncio em relação a tudo aquilo que é divergente da

verdade, do poder. Na ditadura militar, a liberdade de expressão foi coibida, pois, as ideias foram suprimidas para dar voz as verdades do governo. No entanto, esses mecanismos coercitivos de apagamento das vozes, das coisas ditas, acabam, muitas das vezes, esvaindo-se pelos dedos, isto é, as ideias sempre tendem a escoar de uma outra forma.

Nesse mesmo raciocínio, compreendemos o discurso não apenas como uma mera transmissão de informação, uma vez que não há uma linearidade da disposição dos elementos de comunicação “como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2020, p. 19). Isso significa dizer que há um entroncamento natural entre emissor e receptor, pois ambos falam simultaneamente, realizando, portanto, processos de significações e (re)significações das próprias significações, ou seja, não existe uma ordem de hierarquia entre os sujeitos, mas, sim, um importante processo de sentido e não uma mera transmissão de informação. Nessa mesma corrente, a censura não é apenas coibir/proibir o ato de falar ou não falar alguma coisa, mas, sim, criar ideias falsas a partir das ideias já criadas, ou melhor, apagando-as para (re)criar ideias através/por meio de informações divergentes, contrárias ou até mesmo deturpadas.

Esses mecanismos, acabam se tornando altamente eficazes, uma vez que denigrem a imagem social de determinadas pessoas, de determinadas instituições, de determinados movimentos contrários aos mandos e desmandos desses governos. A censura, portanto, “[...] é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” (ORLANDI, 2007, p. 104). Corroborando com o que foi dito até o presente momento, esses discursos propagados pela resistência, acabam sendo fortalecidos na medida que não exista nenhuma oposição a eles, no entanto, quando se impõem a censura, essa tem como intuito trazer um pensamento único, ou seja, um pensamento homogêneo e não heterogêneo, impedindo que a população manifeste à sua opinião.

É preciso “considerar a censura como um fato heterogêneo, pois ela pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a diferentes ordens: política, moral, estética etc” (ORLANDI, 2007, p. 104). A sociedade está acostumada a formar inúmeras opiniões a respeito de diversos assuntos, contudo, poucas pessoas formam suas opiniões a partir de uma busca crítica, de um ato de consciência em relação a tal assunto, por exemplo. Toda censura limita a formação de opinião, pois, ela impede que os acontecimentos sejam propagados

de forma natural, ou seja, quando há esse cerceamento do ponto de vista das informações a população terá, conseqüentemente, sua opinião reduzida a nível daquilo que está subscrevido no ponto de vista do governo. A censura, nessa mesma linha raciocínio, “[...] não é um fato da consciência individual do sujeito, mas um fato discursivo que se passa nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 104).

A liberdade de expressão – mecanismo da (contra)censura – acaba desvelando muitos dizeres, contudo muitas das informações ainda se encontram escondidas nos entremeios desse dizer, uma vez que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 53), melhor dizendo, todo enunciado, toda sequência de enunciado está linguisticamente descritível. Dessa maneira, pensamos a censura como um poder monopolizado pelo Estado, ou seja, quando estamos a falar da ditadura Militar a qual perdurou no Brasil durante 20 longos anos, devemos observar e estudar as relações de forças produzidas nas circunstâncias da enunciação. (ORLANDI, 2007). Assim sendo, “[...] a censura não é um fato da constituição (eixo vertical, interdiscurso) mas de sua formulação (eixo horizontal, da enunciação, intradiscursivo). São sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos.” (ORLANDI, 2007, p. 105).

Pensamos, portanto, que as formas de dizer constituem uma ilusão, pois, nas interpretações de sentidos pelos sujeitos, significações são agenciadas na ordem de um possível, atravessadas pela tensão do dizer e constituídas por uma alteridade que circula entre o simbólico e o imaginário, potencializando as condições para o equívoco. Da mesma forma, a sociedade se constitui como efeito de sentido do funcionamento discursivo. É nesse contexto, em que sujeito, sociedade e sentidos são efeitos do trabalho simbólico operado pelo discurso, isto é, “o sujeito não pode dizer o que sabe ou o que se supõe que ele saiba. Assim, não é porque o sujeito não tem informação ou porque ele não sabe das coisas que ele não diz.” (ORLANDI, 2007, p. 107). O silêncio da censura, portanto, não é ausência de dizeres, mas, sim, interdição desses dizeres. As marcas linguísticas que são constitutivas dos discursos contra as práticas de professores considerados comunistas à luz da ditadura militar brasileira, giram, portanto, em torno de alguns sítios de sentido – militância, resistência e censura. No âmbito dos estudos discursivos, o sentido é visto como o possível, o não-preenchido.

É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender "o sintoma de um sítio significante que ali se produz." (ORLANDI, 1996, p. 14). Esse sintoma é o índice de uma

ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser (re)feita. O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas que se percebe que "um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro" (Pêcheux, 1981, p. 51). O processo de produção de sentidos implica múltiplas relações que estão imbricadas, entre outros, no entremeio do discurso e das condições de produção. "Isso nos leva a afirmar que a censura funciona não em nível de informação, mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos, assim como sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos." (ORLANDI, 2007, p. 107). É por meio da noção de discurso e sentido, atravessados por um assujeitamento ideológico, que abrimos espaço para a opacidade e para o equívoco como elementos constitutivos do discurso. Ao olharmos pelo prisma da AD, mobilizamos significados para as interpretações as quais o discurso revela ou esconde. Nesse sentido, (HARTMANN, 2005, p. 173) nos diz que: "Quando falamos da resistência do sujeito, bem sabemos que isso pode aparecer nos mínimos detalhes, "um braço que depende do sopro de irregularidade", como um ato falho ou chiste, por exemplo".

A análise do discurso se preocupava não só com o sentido emitido pelo interlocutor, mas também de que forma esse sentido se efetua na prática política, pois, o discurso revela a ideologia, ou seja, descortina o atravessamento ideológico, a forma como o discurso movimenta os sentidos e efetua a chamada prática ideológica. Quando estamos a analisar um enunciado sob o ponto de vista da AD há de que se pensar no sentido, ao passo que o resultado da análise do discurso é a interpretação. Em vista disso, as palavras e sentenças são objeto de interpretação do analista do discurso, tornando-se, portanto, interpretações sob a ótica do campo semântico.

Nessa direção, compreende-se que esse gesto de interpretação não serve apenas para mostrar fatos históricos e culturais em determinado tempo/espaço, mas, sim, serve como elemento propulsor de diversos coletivos organizados intelectualmente/socialmente dos quais fomentam a participação política, crítica e social, ao passo que, potencializam a conscientização dos seus direitos e a reflexão sobre experiências similares. O mesmo indivíduo pode produzir diversos discursos, partindo de lugares diferentes. Para a análise do discurso não importa o nome dos sujeitos, mas, sim, a designação dada a eles no contexto em que estavam, ou seja, há uma distinção do indivíduo físico com o autor/sujeito aquele que é responsável por aquilo que é dito. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de forma no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. Ocorre,

portanto, um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Nosso estudo, em um primeiro momento, permite pensarmos que não estamos diante de uma reprodução de sequências discursivas, quando observamos a diversidade das formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado para que se transforma na verdade histórica que sustenta o discurso de quem está no poder.

CONCLUSÃO

O Golpe Militar de 1964 no Brasil, também referido como Golpe Civil-Militar, foi um movimento resultante de articulações políticas entre grupos conservadores, que culminou na tomada de poder e instauração de um regime ditatorial. Este período, estendendo-se de 1964 até 1985, foi marcado por graves violações aos direitos humanos, como censura, sequestros, torturas e execuções. A presidência de João Goulart (Jango) foi interrompida em meio a esse golpe, uma vez que seu governo e suas propostas de Reformas de Base eram vistos com desconfiança pelos conservadores e pelo governo dos Estados Unidos.

Ao longo da Ditadura, houve uma série de mecanismos de repressão, incluindo a perseguição a professores na UFRGS, onde Comissões Especiais de Investigação Sumária foram estabelecidas para julgar docentes acusados de subversão. No contexto da ditadura militar brasileira, o silêncio adquiriu um papel significativo, pois, enquanto a censura atuava para reprimir discursos contrários ao regime, os silenciamentos emergiam como formas de resistência e expressão. Estes silenciamentos não eram vazios de significado, mas, ao contrário, carregados de sentidos que resistiam e se manifestavam de outras formas.

Além disso, percebemos – ao longo da escrita – que o discurso não está limitado apenas à transmissão de informações, mas é profundamente entrelaçado com a história, a língua e as relações de poder, moldando e sendo moldado por elas. A Análise do Discurso (AD) se apresenta como uma ferramenta para explorar essas complexidades, revelando como os sentidos são construídos e modificados, e destacando a intrínseca relação entre linguagem e silêncio. Nesse sentido, o silêncio não é meramente ausência de som ou palavra, mas um elemento fundamental que dá forma e substância à significação, tornando-se tão vital quanto as palavras na construção do sentido. A academia, que é tradicionalmente um espaço de reflexão e crítica, enfrentou intensas pressões e divisões internas durante este período. A análise do contexto nacional do golpe se entrelaça com tendências e preocupações globais da época,

especialmente em relação ao avanço do comunismo e dos movimentos de libertação nacional. Daniel Aarão Reis e outros estudiosos do período argumentam que é crucial refletir criticamente sobre esta era da história brasileira para compreender sua complexidade e evitar repetições de autoritarismo no futuro. Além disso, as tentativas de legitimar e normalizar os processos de repressão e exclusão através de aparatos jurídicos, como as CEIS na UFRGS, destacam a sutileza com a qual a repressão pode ser implementada, mesmo sob a máscara da legalidade.

REFERÊNCIAS

ADUFRGS. *Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

GRIGOLETTO, M. *A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia*. São Paulo: Unicamp, 2002.

HARTMANN, Fernando. *Ideologia e desejo*. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (organizadores). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

MAZIÉRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. 6ª. ed. São Paulo: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3ª. ed. São Paulo: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 13ª. ed. São Paulo: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. *O discurso*. 7ª. ed. Campinas: Pontes, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.